



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS – FAECS
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

EWERTON BRENDON DE SOUSA LOPES

EDUCAÇÃO ESPECIAL E ALFABETIZAÇÃO: revisão de literatura sobre aprendizagem da leitura e escrita de crianças com Transtorno do Espectro Autista

ABAETETUBA/PA
2025

EWERTON BRENDON DE SOUSA LOPES

EDUCAÇÃO ESPECIAL E ALFABETIZAÇÃO: revisão de literatura sobre aprendizagem da leitura e escrita de crianças com Transtorno do Espectro Autista

Trabalho de Curso, em formato de Artigo Científico apresentado à Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Rafaela Habib Souza Aquino
Coorientadora: Profa. Esp. Olidete de Araújo

ABAETETUBA/PA
2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Lopes, Ewerton Brendo de Sousa.
EDUCAÇÃO ESPECIAL E ALFABETIZAÇÃO : revisão de
literatura sobre aprendizagem da leitura e escrita de crianças com
Transtorno do Espectro Autista (TEA) / Ewerton Brendo de Sousa
Lopes. — 2025.
30 f. : il.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Rafaela Habib Souza Aquime
Coorientador(a): Prof^ª. Esp. Olidete de Araújo
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do
Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Pedagogia,
Abaetetuba, 2025.

1. Aprendizagem; Leitura e escrita; Transtorno do
Espectro Autista; Educação Especial e Inclusiva.. I. Título.

CDD 371.9

EWERTON BRENDO DE SOUSA LOPES

EDUCAÇÃO ESPECIAL E ALFABETIZAÇÃO: revisão de literatura sobre aprendizagem da leitura e escrita de crianças com Transtorno do Espectro Autista

Trabalho de curso, em formato de artigo Científico apresentado à Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Rafaela Habib Souza Aquime
Coorientadora: Profa. Esp. Olidete de Araújo

Data de aprovação: ___/___/_____

Conceito:

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Rafaela Habib Souza Aquime – Orientadora
(UFPA)

Profa. Dra. Sandra Karina Barbosa Mendes
(UFPA)

Prof. Dr. Sérgio Bandeira Nascimento
(UFPA)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me concedido a oportunidade de realizar este sonho, mantendo-me firme e forte durante meus anos de estudos.

Agradeço ao meu pai, Edilson, um homem simples que não teve a oportunidade de estudar, mas sempre fez de tudo para que os filhos estudassem; agradeço por todo investimento na minha educação e por todo apoio na minha jornada acadêmica, sendo fundamental para conclusão da graduação.

Agradeço a minha mãe Claudia e meu padrasto Pedro, por todo apoio e suporte que me deram durante meus estudos, proporcionando que eu focasse apenas nos estudos. Agradeço por sempre estar ao meu lado e por toda ajuda durante a graduação.

Agradeço ao meu companheiro, Daniel, por seu apoio e incentivo constantes. Sua presença foi fundamental para que eu pudesse superar os obstáculos e alcançar meus objetivos.

Agradeço também às minhas colegas de turma, Cintia e Thalia, que foram fundamentais durante este processo de estudos. Seu apoio, parceria e cumplicidade foram essenciais para que eu pudesse alcançar meu propósito. Agradeço aos colegas de turma que tornaram esta jornada mais leve e prazerosa.

Agradeço aos professores por todo o ensinamento, apoio e orientação que me proporcionaram durante meus anos de estudos. Seu conhecimento e experiência foram fundamentais para que eu pudesse alcançar este sonho. Agradeço, especialmente, à professora Rafaele Aquime, que orientou a elaboração deste trabalho com habilidade e dedicação. Agradeço a uma professora que passou pela minha vida acadêmica, professora Olidete Araújo, por sua ajuda, orientação e contribuição durante a elaboração desta pesquisa.

LISTA DE SIGLAS

- ABA – Análise do Comportamento Aplicada
- AEE – Atendimento Educacional Especializado.
- CID-10 – Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.
- DSM-III – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais- Terceira edição.
- DSM-V – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais- Quinta Edição.
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.
- PECS – Sistema de comunicação por troca de figuras.
- PDI – Plano de Desenvolvimento Individualizado.
- TA – Tecnologia Assistiva
- TEA – Transtorno do Espectro Autista.
- TEACCH – Tratamento e educação para crianças autistas e com distúrbios correlatos da comunicação.
- TGD – Transtorno Global de Desenvolvimento.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	8
2.	METODOLOGIA.....	10
3.	ANÁLISE DO RESULTADOS.....	14
3.1.	O Transtorno do Espectro Autista (TEA) e as características enquadradas dentro do tea.....	14
3.2.	Considerações sobre o diagnóstico do tea.....	15
3.3.	Inclusão de estudantes com TEA: marcos legais.....	17
3.4.	Aprendizagem do estudante com TEA na leitura e escrita da língua portuguesa.....	18
3.5.	Práticas pedagógicas na alfabetização de estudantes com TEA.....	21
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
5.	REFERÊNCIAS.....	27

Educação especial e alfabetização: revisão de literatura sobre aprendizagem da leitura e escrita de crianças com Transtorno do Espectro Autista

Ewerton Brendo de Sousa Lopes¹

Profa. Dra. Rafaele Habib Souza Aquime²

Profa. Esp. Olidete de Araújo³

Resumo: O estudo objetiva analisar a aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na leitura e escrita da língua portuguesa. Nesta pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa com cunho bibliográfico e documental. Os dados foram obtidos através de pesquisas em *sites*, artigos científicos, portal do planalto, entre outros, selecionados a partir do tema alfabetização e autismo. Neste estudo, empregamos autores, como DSM-V (2014), Cunha (2017), Soares (2020), etc. Para análise dos dados, foi aplicada a técnica de análise de conteúdo na concepção de Bardin (2016). Os resultados apontam que é preciso que o educador possua uma formação qualificada na área e invista em educação permanente. Outro ponto relevante são as metodologias lúdicas, como: recursos visuais, estímulos táteis, musicalização, dentre outros, na alfabetização de estudantes com TEA. Os estudos evidenciam métodos que apoiam a alfabetização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), entre esses métodos, destacam-se: TEACCH – Tratamento e educação para crianças com autismo e com distúrbios correlatos da comunicação; ABA – Análise do comportamento aplicada; PECS – Sistema de comunicação por troca de figuras e AEE – Atendimento educacional especializado, Além disso, o método fônico também é amplamente utilizado. A combinação desses métodos com Tecnologias Assistivas (TA) pode ser uma estratégia eficaz para promover a alfabetização de estudantes com TEA. No entanto, é fundamental considerar as especificidades e a forma única de aprendizagem de cada aluno, adaptando as práticas pedagógicas às suas necessidades individuais.

Palavras-Chave: Aprendizagem; Leitura e escrita; Transtorno do Espectro Autista; Educação Especial e Inclusiva.

Abstract: The study aims to analyze the learning of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in reading and writing in the Portuguese language. In this research, a qualitative approach was used with a bibliographical and documentary nature. The data were obtained through research on websites, scientific articles, the Planalto portal, among others, selected based on the theme of literacy and autism. In this study, we employed authors such as DSM-V (2014), Cunha (2017), Soares (2020), etc. For data analysis, the content analysis technique was applied based on Bardin's conception (2016). The results indicate that it is necessary for educators to have a qualified training in the area and invest in lifelong education. Another relevant point is the use of playful methodologies, such as visual resources, tactile stimuli, musicalization, among others, in the literacy of students with ASD. The studies highlight

¹ Graduando do curso de Pedagogia, UFPA – Campus Abaetetuba. E-mail: brendosousalopes@gmail.com

² Docente da FAECS, UFPA – Campus Abaetetuba. E-mail: rafaele.habib@gmail.com

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura - PPGEDUC, do Campus Universitário do Tocantins/ Cametá – CUNTINS, da Universidade Federal do Pará (UFPA).
E-mail: araujoolidete@gmail.com

methods that support the literacy of students with Autism Spectrum Disorder (ASD), among these methods, The following stand out: TEACCH - Treatment and education for children with autism and related communication disorders; ABA - Applied behavior analysis; PECS - Picture Exchange Communication System; and AEE - Specialized educational service. Furthermore, the phonics method is also widely used. The combination of these methods with Assistive Technologies (AT) can be an effective strategy to promote literacy for students with ASD. However, it is essential to consider the specificities and the unique learning style of each student, adapting pedagogical practices to their individual needs.

Keywords: Learning; Reading and writing; Autism Spectrum Disorder; Special and Inclusive Education .

1 Introdução

Nas últimas décadas, é notável a presença de estudantes atendidos pela educação especial em turmas regulares. Deste modo, as escolas precisaram se adequar e pensar na melhor forma de receber e atender a esses estudantes. Nesse contexto, é necessário promover um ambiente acolhedor para todas as crianças, sejam elas com ou sem deficiência. Tratando-se de alunos público da Educação Especial, é crucial que a escola possua profissionais especializados para o manejo de práticas pedagógicas condizentes com as necessidades e particularidades desses sujeitos.

A educação especial faz parte do sistema educacional, que deve oferecer condições para que os alunos com deficiência, transtorno global de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, tenham acesso, participação e aprendizagem nos mesmos espaços que os demais em todos os níveis e modalidades de ensino (Reis; Wagner, 2024).

Atualmente, percebe-se o aumento de crianças com deficiência matriculadas em classe regular da educação básica. De acordo com o Censo Escolar (2023), houve aumento na porcentagem de crianças com deficiência matriculadas em classe regular da educação básica no Brasil, saindo de 87,2% em 2019 para 91,3% em 2023. Na região Norte, especificamente nas escolas municipais, a porcentagem de alunos com deficiência matriculados em classe comum é de 98,2% (Censo Escolar, 2023). Neste cenário de aumento de matrículas, estão inseridas as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O TEA é caracterizados “[...] por padrões restritos e repetitivos de comportamentos [...] manifestados por atividades motoras ou verbais estereotipadas ou comportamentos sensoriais incomuns [...]” (Cunha, 2014, p. 13). O sujeito com TEA pode apresentar outras características: não manter contato visual por alguns segundos; não atender a chamados; alinhar objetos; hipersensibilidade ou hiper-reatividade sensorial; isolamento ou não demonstrar interesse de estar em contato com outras crianças; manter-se condicionado em demasia a rotinas a ponto de entrar em crise; entre outras características (Paiva Junior, 2022a).

“Alguns sinais de autismo já podem aparecer a partir de um ano e meio de idade, e mesmo antes, em casos mais graves” (Paiva Junior, 2022a, p. 8). Deste modo, é muito importante buscar acompanhamento profissional o mais cedo possível ao suspeitar de algum problema de saúde, mesmo que ainda não haja um diagnóstico definitivo. Reis e Wagner (2024, p. 22), afirmam que “O diagnóstico correto, e ainda na infância, possibilita intervenções para

superar dificuldades, permitindo a realização de um trabalho eficaz que respeita as características individuais de cada pessoa”.

A inclusão de crianças autistas na educação básica é um direito legalmente garantido e, portanto, indispensável. É justamente na educação básica que as crianças aprendem a ler e a escrever. Por isso, é importante, nesse processo de aprendizagem, que crianças com TEA frequentem turmas regulares e tenham suportes técnicos e pedagógicos necessários para o seu desenvolvimento. Além disso, o ensino deverá ser proveitoso, ou seja, contribuir para a sua formação e socialização.

No que se refere à alfabetização, para Soares (2020), ela exerce um papel importante na vida dos sujeitos e na construção da cidadania, uma vez que a habilidade de ler e escrever são elementos fundamentais para a efetiva participação na sociedade, na política e na cultura.

Considerando a importância da alfabetização na vida dos sujeitos que convivem em sociedade, e atentando para os desafios enfrentados pelo docente no ensino da leitura e escrita do aluno com TEA, neste estudo discute-se sobre a aprendizagem da leitura e escrita da língua portuguesa do estudante com TEA. O presente trabalho foi desenvolvido a partir do projeto de trabalho de curso (TC), no curso de Licenciatura plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA) *campus* Abaetetuba-PA. Meu interesse pelo tema surgiu durante o curso de cuidador escolar e no decorrer do programa residência pedagógica, no qual participei como bolsista. Essas experiências me deram uma visão mais próxima da realidade e dos desafios que os docentes enfrentam na alfabetização dos estudantes, em especial discentes com TEA. Com base nessas experiências, e nos estudos realizados nas disciplinas de psicogênese da linguagem oral e escrita, fundamentos da educação especial e prática de ensino na educação infantil — onde tive contato acerca da alfabetização —, incentivou-me a pesquisar mais sobre como é a aprendizagem da leitura e escrita para estudantes com autismo, levando em conta os obstáculos e as práticas docentes nesse processo de ensino e aprendizagem.

Diante do exposto, este artigo está organizado em oito seções. A primeira é a introdução, nela retomamos alguns aspectos importantes da história da educação especial e abordamos os conceitos iniciais sobre alfabetização e acerca do Transtorno do Espectro Autista (TEA) a fim de contextualizar o leitor. Na seção em que é desenvolvida a metodologia, abordam-se os procedimentos adotados no estudo, como o tipo de pesquisa, o tratamento e a análise dos dados coletados. A partir disso, na seção seguinte, analisam-se os conceitos do TEA e as características enquadradas dentro do TEA. Em seguida, apresenta-se a seção de considerações sobre o diagnóstico do TEA, abordando as características que o autismo pode apresentar no

sujeito, os níveis de suporte e alguns dos recursos terapêuticos utilizados no acompanhamento do sujeito com autismo.

Posteriormente, na seção intitulada “Inclusão de estudantes com TEA: Marcos legais”, aspectos relevantes sobre a inclusão dos estudantes com TEA no que concerne aos marcos legais são discutidos. Por conseguinte, a seção relacionada às análises sobre a aprendizagem do estudante com TEA na leitura e escrita da língua portuguesa é apresentada. Na referida seção, a partir das análises, investiga-se a relevância da alfabetização na vida do sujeito, particularmente a alfabetização de crianças com TEA. Seguido da seção “Práticas pedagógicas na alfabetização de estudantes com TEA”, abordando sobre as estratégias e métodos que podem ser utilizados na alfabetização de crianças com autismo. Por fim, as considerações finais com as principais relevâncias do estudo e as indicações de pesquisas futuras são expostas.

2 Metodologia

Nesta pesquisa utiliza-se a abordagem qualitativa. “A pesquisa qualitativa [...] trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Deslandes; Gomes; Minayo, 2007, p. 21). Ademais, esta é uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2002, p. 4), “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Nesse sentido, foi realizado o levantamento dos dados em bases acadêmicas, como: *sites*, livros, artigos científicos, revistas e trabalhos de conclusão de curso (TCC). Trata-se, também, de uma pesquisa com base documental, “[...] na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificada e dispersas. [...] Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas [...]” (Gil, 2002, p.46). Desta forma, foram realizadas pesquisas de legislações que asseguram o direito das pessoas com deficiência – em *site* e no Portal Oficial da Legislação do Planalto.

Para a pesquisa dos documentos que dissertam sobre o tema, foram empregadas as seguintes palavras-chave: alfabetização; autismo; e alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), resultando aproximadamente em quarenta trabalhos científicos, sendo excluídos aqueles que não se alinhavam com o tema proposto nesta pesquisa. Por sua vez, os trabalhos selecionados foram submetidos à uma análise crítica por meio de fichamento, o que permitiu uma organização sistemática das informações e uma avaliação aprofundada dos conteúdos. Neste sentido, foram elegidas obras literárias de grande relevância sobre o tema TEA, alfabetização e alfabetização de estudantes com TEA, e trabalhos que apresentam informações importantes no que tange ao vínculo com o tema proposto nesta pesquisa,

priorizando as fontes selecionadas encontradas em bases de trabalhos científicos do google, google acadêmico e capes, garantindo a relevância com o tema, originalidade e a credibilidade das informações. A seguir, é apresentado algumas fontes de dados utilizados na discussão, descritos no quadro 1:

Quadro 1: Levantamento bibliográfico utilizado na pesquisa

Autor	Título	Ano	Síntese das obras
Santos; Teixeira e Porto.	Alfabetização e letramento: um olhar para o processo de aprendizagem de crianças com Transtorno do espectro autista (TEA)	2021	O presente estudo busca entender a complexidade das manifestações anômalas do TEA. Nesse sentido, compreendendo os processos de alfabetização e letramento como fundamentais na formação do cidadão, investigamos as principais características do TEA, bem como os métodos mais eficazes para alfabetizar e letrar uma criança com este transtorno.
Santos; Moraes	Práticas pedagógicas na alfabetização: a importância do acompanhamento terapêutico na alfabetização de alunos com TEA	2023	O presente estudo tem como objetivo apresentar novas formas de aprender na Educação Inclusiva de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos anos iniciais, diversidade e pertencimento. Discutimos, neste artigo, que o processo de alfabetização é, em essência, poderoso para assegurar interação social e compreensão do mundo. Consideramos a alfabetização e as possibilidades de escolarização segundo a singularidade do indivíduo.
Soares	Alfalettrar: toda criança pode aprender a ler e escrever	2020	A obra aborda sobre as experiências da autora acerca da alfabetização e letramento em uma escola pública; e expõe em detalhes o alfalettrar, e como ele pode ser utilizado por todos os envolvidos na alfabetização e letramento de crianças.
Uzêda.	Educação inclusiva	2023	A obra discute sobre os processos de alfabetização e letramento numa perspectiva inclusiva.

Fonte: Autoria do autor, 2025.

Para analisar os dados obtidos, foi aplicada a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2016). A análise de conteúdo se organiza em polos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material, e o tratamento dos dados obtidos e interpretação (Bardin, 2016). A pré-análise “[...] possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos, e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final” (Bardin, 2016, p. 125).

E desse modo no primeiro momento realizou-se as buscas das fontes selecionadas. Após a seleção dos trabalhos, foram feitas as leituras flutuantes. Nesse contexto, foram lidos os

resumos e as seções de introdução dos trabalhos, destacando o que contribuía com a pesquisa; a partir disso, foram definidos os objetivos e a formulação das hipóteses da pesquisa. Por conseguinte passou-se para fase de exploração do material. “Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (Bardin, 2016, p. 131). Sendo assim, foi efetuada uma leitura minuciosa dos materiais e, em seguida, elaborado uma categorização dos dados conforme os objetivos da pesquisa e de acordo com os conteúdos encontrados nos trabalhos, assim.

Dvidiu-se em quatro categorias: dados que abordam sobre o TEA e outros diagnósticos enquadrados no TEA; considerações sobre o diagnóstico do TEA; inclusão de estudantes com TEA: marcos legais; e aprendizagem do estudante com TEA na leitura e escrita da língua portuguesa.

Na última fase, foi efetuado o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação. “Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (‘falantes’) e válidos” (Bardin, 2016, p. 131). Portanto, analisou-se detalhadamente os dados categorizados. Após isso, esses foram interpretados conforme os objetivos do estudo.

Foram selecionados seis trabalhos, sendo livros, TCs e artigos científicos. Nesta seção, utilizam-se autores, como: Tuchman e Rapin (2009), que compreendem o autismo como uma síndrome, pois há a falta de uma patologia para ser considerada doença; Teodoro, Godinho e Hachimine (2016), os quais destacam que o autismo foi considerado como transtorno global de desenvolvimento somente em 1980, na 3ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais; Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) (APA, 2014), que caracteriza os quadros de transtorno mentais a partir de comportamentos, atividades, ou interesses restritos e repetitivos, e manifestados de acordo com idade e nível de suporte; Cunha (2017), que aponta a tríade de aspectos os quais compreendem o autismo: os comprometimentos na comunicação, as atividades restritivas-repetitivas, e as dificuldades na interação social. Além dos autores supracitados, outros estudiosos, cujas ideias são melhor exploradas ao longo deste artigo, também contribuíram significativamente para o desenvolvimento do estudo.

Em seguida, na seção “Considerações sobre o diagnóstico do TEA”, foram utilizadas cinco obras na discussão: o DSM-5 (APA, 2014), que estabelece os níveis de gravidade do TEA, sendo definidos em três níveis; Souza (2018), que aponta a necessidade das avaliações com profissionais comportamentais para diagnosticar o TEA; Zotesso (2022), Brites (2021) e Bertaglia (2023), que apresentam a musicoterapia, a fonoterapia, e a Análise do

Comportamento Aplicada (ABA) como alguns dos tratamentos mais utilizados no acompanhamento do sujeito com TEA.

Na seção “Inclusão de estudantes com TEA: Marcos legais”, foi realizada a discussão sobre as leis que asseguram às pessoas com TEA o direito à educação. A busca foi conduzida em *sites* e no *site* do Portal Oficial da legislação Planalto, que encontraram-se leis fundamentais na garantia do direito à educação ao sujeito com TEA, entre elas, a Lei n° 9.394/96, a n° Lei 12.764/2012, e a Lei n° 13.146/2015, que garantem, respectivamente, a inclusão dos sujeitos com TEA em classes regulares, o suporte de profissionais de apoio, e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), quando necessário. E buscou-se pelo documento internacional sobre educação especial – a Declaração de Salamanca; que é um marco relevante para as políticas públicas educacionais no campo da educação inclusiva, garantindo o direito de inclusão das pessoas com deficiência ao sistema educacional regular e propõe o apoio de profissionais especializados para esse público – caso haja necessidade.

Consequente, na seção “Aprendizagem do estudante com TEA na leitura e escrita da língua portuguesa”, as discussões discorreram sobre alfabetização e alfabetização de estudantes com TEA. Dessa maneira, buscou-se materiais que versassem sobre alfabetização e alfabetização de crianças autistas. Sendo assim, foram selecionados oito trabalhos para fomentar a discussão na referida seção: Soares (2020), que aponta a alfabetização e o letramento como processos complementares fundamentais na vida do sujeito; Uzêda (2019), que defende o uso de metodologias as quais utilizam o lúdico, como os recursos visuais e o estímulo tátil, em determinados casos na alfabetização de crianças com TEA; entre outros autores que discutem sobre alfabetização e alfabetização de crianças com TEA.

Por fim, na seção “Práticas pedagógicas na alfabetização de estudantes com TEA” dedica-se discutir sobre as práticas e estratégias pedagógicas que podem ser utilizadas na alfabetização de alunos com TEA. Desta forma, a partir de uma busca aprofundada em fontes acadêmicas, foram selecionados nove estudos relevantes, abrangendo livros, trabalhos de conclusão de curso (TCC) e artigos de revista, que abordam sobre a alfabetização de estudantes com autismo. Sendo citados os autores: Souza (2018) aponta os alguns métodos que contribuem na alfabetização de alunos com TEA; Uzêda (2019) e Santos, Teixeira e Porto (2021) discutem sobre estratégias e recursos a serem utilizados na alfabetização da criança com TEA; Bohrer (2020) destaca os três princípios que se baseia a aprendizagem do estudante com TEA, entre outros autores que discorrem sobre a temática.

3 Análise dos resultados

3.1 O Transtorno do Espectro Autista (TEA) e as características enquadradas dentro do TEA

“O termo ‘autismo’ foi mencionado pela primeira vez em 1908, pelo psiquiatra suíço Paul Eugen Bleuler, para descrever pacientes com sintomas que ele julgava serem semelhantes àqueles observados na esquizofrenia” (Liberalesso, 2020, p. 13). Mais tarde, em 1911, Bleuler, em sua monografia intitulada “Demência precoce ou o grupo das esquizofrenias”, considerou o autismo como parte do grupo de psicopatologias, assemelhando-o com a esquizofrenia (Liberalesso, 2020). Leo Kanner, em 1943, no artigo “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”, considerado importante nos estudos sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), apresentou resultados de uma pesquisa realizada com 11 crianças que tinham “tendência ao isolamento e desejo pela mesmice” (Liberalesso, 2020, p. 14). Do mesmo modo, em 1944, o pediatra Hans Asperger, no artigo “A Psicopatia Autista da Infância”, realizou estudos com pacientes que apresentavam sintomas parecidos aos citados por Kanner. Entretanto, ele destacou que alguns pacientes tinham interesse intensos e restritos por assuntos específicos (Liberalesso, 2020). Esses foram os primeiros estudos sobre o TEA. A partir dessas pesquisas, foram definidos os sintomas mais evidentes em pessoas com TEA.

Em consonância com Tuchman e Rapin (2009), no DSM-5 (APA, 2014), o TEA também é caracterizado por comportamentos, atividades, ou interesses restritos e repetitivos, que variam em manifestações conforme idade, capacidade, intervenções e apoios atuais. Essa condição causa déficits que afetam a interação social dos indivíduos autistas. Do ponto de vista de Gaiato (2021), o TEA é caracterizado como um transtorno do neurodesenvolvimento, no qual a criança apresenta desafios na comunicação social e demonstra um interesse restrito e estereotipado. Nessa ótica, o TEA é um conjunto de comportamentos agrupados em três aspectos principais: os comprometimentos na comunicação, as atividades restritas-repetitivas, e as dificuldades na interação social (Cunha, 2017). Conforme Tuchman e Rapin (2009, p. 23), “o autismo é uma síndrome, não uma doença [...], pois, apesar de seu notável fenótipo comportamental, falta-lhe uma etiologia singular ou uma patologia específica”.

Destaca-se que o autismo foi considerado como transtorno global de desenvolvimento (TGD) somente em 1980, na 3ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III) (APA, 1980), no qual foi acrescentada a expressão “TGD”, que se refere a uma categoria de distúrbios de desenvolvimento caracterizados por comportamentos, sendo o autismo um deles (Teodoro; Godinho; Hachimine, 2016).

Na versão antiga do código internacional de doenças (CID), a CID-10, outros transtornos se enquadravam dentro do TGD, como: autismo atípico, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância, síndrome de Asperger, entre outros. Todavia, na versão atual, a CID-11, exceto a síndrome de Rett, todos os outros diagnósticos se encaixam dentro do TEA, tornando as subdivisões relacionadas a prejuízos na linguagem funcional e à deficiência intelectual. Essas mudanças ocorreram com objetivo de facilitar a codificação e diagnósticos para o acesso a serviços de saúde (Paiva Junior, 2022b).

3.2 Considerações sobre o diagnóstico do TEA

No que tange ao diagnóstico, o autismo pode ser diagnosticado nos primeiros anos de vida ou durante o progresso da criança. Conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) (APA, 2014), os sintomas podem ser identificados a partir dos dois anos de vida da criança, entretanto se os atrasos de desenvolvimento forem graves, podem ser reconhecidos antes dos 12 meses.

Alguns sinais externos podem ajudar no reconhecimento do transtorno, como birras, hiperatividade física, sensibilidade a barulho, apego e manuseio não apropriado de objetos, entre outras características. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado em níveis de gravidade. Esses níveis são considerados de acordo com o suporte necessário e as especificidades da criança com TEA. De acordo com o DSM-5 (APA: 2014), há três níveis de gravidade. Esses níveis são descritos no Quadro 2:

Quadro 2: Níveis de gravidade do TEA segundo o DSM-5

Nível de gravidade	Comunicação social	Comportamentos restritos e repetitivos
Nível 3 “exigindo apoio muito substancial”	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento. Grande limitação em dar início a interações sociais e respostas mínimas a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa com fala inteligível de poucas palavras que raramente inicia as interações e, quando o faz, tem abordagens incomuns apenas para satisfazer a necessidades e reage somente a abordagens sociais muito diretas.	Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança, ou outros comportamentos restritos/repetitivos interferem acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações.

<p>Nível 2 “exigindo apoio substancial”</p>	<p>Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio, e Limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa que fala frases simples, cuja interação se limita a interesses especiais reduzidos e que apresenta comunicação não verbal acentuadamente estranha.</p>	<p>Inflexibilidade de comportamento, dificuldade de lidar com a mudança, ou outros comportamentos restritos/repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual interferem no funcionamento em uma variedade de contextos. Sofrimento e/ou dificuldade de mudar o foco ou as ações.</p>
<p>Nível 1 “exigindo apoio”</p>	<p>Na ausência de apoio, déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros. Pode parecer apresentar interesse reduzido por interações sociais. Por exemplo, uma pessoa que consegue falar frases completas e envolver-se na comunicação, embora apresente falhas na conversação com os outros e cujas tentativas de fazer amizades são estranhas e comumente malsucedidas.</p>	<p>Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividades. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência.</p>

Fonte: DSM-5, 2014, p. 96.

Para diagnosticar o autismo, são necessárias avaliações realizadas por um grupo de especialistas em comportamentos, como psicopedagogos, fonoaudiólogos, psicólogos e terapeutas. Além disso, a entrevista com a família é essencial para o diagnóstico. “Nessa avaliação, é necessária uma entrevista com a família e [...] sessões com atividades lúdicas, como: jogos simbólicos, jogos de regras, entre outros, de acordo com a faixa etária da criança, visando ao seu nível de dificuldade” (Souza, 2018, p. 16). Além do diagnóstico, as avaliações identificam as dificuldades e as habilidades da criança. Após a identificação do TEA por profissionais, é feito o encaminhamento para o tratamento adequado à criança. Portanto, cabe à família, ao notar os sintomas, buscar o diagnóstico o quanto antes, pois o autismo possui “tratamentos”, embora não seja considerado doença.

Um dos tratamentos mais conhecidos é a musicoterapia, que utiliza as melodias a fim de que a criança se comunique e se expresse, para que, posteriormente, ela possa também ter o desenvolvimento emocional e comportamental (Zotesso, 2022). Outro tratamento relevante é a fonoterapia, que proporciona à criança autista melhoras no uso da comunicação em geral. Dessa forma, ela passa a se comunicar verbalmente, consegue iniciar uma conversa e desenvolver habilidades de comunicação (Brites, 2021).

Há também a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), conhecida pela sigla em inglês. Na ABA, os profissionais terapêuticos fazem uma avaliação inicial ampla, com objetivo de identificar os propósitos de intervenção e formular um plano terapêutico personalizado.

Dessa maneira, é possível adaptar as terapias às capacidades, interesses, dificuldades e peculiaridade de cada criança (Bertaglia, 2023). Esses são os tratamentos mais conhecidos para crianças com TEA, embora exista outros tratamentos eficazes no desenvolvimento das crianças autistas.

3.3 Inclusão de estudantes com TEA: marcos legais

Historicamente, reservou-se à pessoa com deficiência um lugar discriminatório, excludente e segregacionista. Essa exclusão foi fortemente manifestada a partir das diferentes culturas e percepções empregadas à pessoa com deficiência, pois a ideia de um padrão social, no viés da normalização, tem segregado esses sujeitos.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, no art. 205, destaca que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, s.p.).

Partindo disso, a educação passou a ser direito de todas as pessoas com ou sem deficiência. Para mais, a Constituição Federal do Brasil de 1988 também determina, no art. 208, que nas escolas tenham atendimento especializado as pessoas com deficiência matriculadas/os em classe regular.

Nesse contexto, após a Conferência de Educação Especial, em 1994, na cidade de Salamanca, na Espanha, as discussões sobre educação especial tiveram avanços importantes. Como resultado das discussões, a declaração de Salamanca foi criada. Essa defende o direito de inclusão da criança com deficiência no ensino regular, a garantia do atendimento escolar, bem como destaca o pensamento de que todas as crianças têm direito à educação e ao acesso à escola regular (Melo; Soares, 2021). A declaração de Salamanca de 1994 enfatiza o direito fundamental à educação de todas as crianças, e destaca a importância de proporcionar oportunidades para que alcancem um nível adequado de aprendizagem. Tal documento também ressalta que cada criança possui características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem distintas, as quais devem ser consideradas no planejamento educativo (UNESCO, 1994).

Após a instauração da Constituição Federal do Brasil de 1988 e da declaração de Salamanca de 1994, as quais fortalecem a luta pelo direito à educação da pessoa com deficiência, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/96, que reafirma o compromisso com a educação especial. Segundo a LDB, no art. 58, “entende-se por

educação especial [...] a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 1996, s.p.). A LDB de 1996, no art. 58, acrescenta que “A oferta de educação especial [...] tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida [...]” (Brasil, 1996, s.p.).

Outra legislação significativa é a Lei nº 12.764/2012, conhecida como “Lei Berenice Piana” em alusão a uma mãe de autista que lutou pelo direito de seu filho e para que a Lei fosse aprovada. Tal documento reforça o direito de autistas à educação e ao ensino profissionalizante. Ademais, no art. 3 da Lei nº 12.764/2012, constata-se que “em casos de comprovada necessidade, a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inc. IV do art. 2, terá direito a acompanhante especializado” (Brasil, 2012, s.p.). Nesse contexto, a lei determina multa de três a vinte salários-mínimos ao gestor que se recusar a matricular autistas ou qualquer outro aluno com deficiência.

Mais adiante, em 6 de julho de 2015, foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei Nacional nº 13.146/2015. No art. 1º desta lei, é estabelecido o objetivo de “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015, s.p.). A lei acrescenta, no cap. IV, art. 28º, que é dever do “poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar” (Brasil, 2015, s.p.) tais direitos. No art. 28º, inc. IV, a Lei nº 13.146/2015 complementa esse aspecto ao comentar sobre o poder público acompanhar e avaliar o “[...] planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização [...]” (Brasil, 2015, s.p.).

3.4 Aprendizagem do estudante com TEA na leitura e escrita da língua portuguesa

Nesta seção, é discutido sobre alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Neste sentido, com a finalidade de fundamentar a discussão a luz de teóricos, foram realizadas buscas por obras de autores relevantes que investigam sobre alfabetização e alfabetização de crianças com TEA. Por essa razão, para a construção desta seção, foram utilizadas sete obras, sendo livros, trabalhos de conclusão de curso (TCC) e revista.

Sendo assim, são citados autores, como: Shuster (2016) e Coelho e Pisoni (2012), que fazem uma reflexão sobre o desenvolvimento humano a partir da perspectiva de Lev Vygotsky. Na mesma linha de raciocínio, Freire (1967) afirma que a alfabetização deve partir do alfabetizando, tendo o educador como colaborador no processo de aprendizagem; Soares (2020)

destaca a importância da aprendizagem da leitura e escrita na vida do sujeito para o convívio em sociedade; Uzêda (2019), Santos, Teixeira e Porto (2021) apontam que o diálogo com outros profissionais que acompanham a crianças é fundamental para compreender os comportamentos do aluno, assim, adequar o ambiente conforme sua necessidade; Bohrer (2020) ressalta a utilização abordagens que considere as particularidades do aluno.

Embora Vygotsky não tenha criado uma teoria especificamente voltada para a alfabetização, em seus estudos, há o apontamento para a importância da linguagem no desenvolvimento humano, a qual desempenha um papel central na formação dos processos mentais superiores; ela permite a reflexão, a comunicação e a resolução de problema, e é nesse processo que “vai possibilitar à criança aprender, pela interação, um número significativo de palavras, podendo desenvolver um diálogo com os adultos” (Schuster, 2016, p. 11). De acordo com a visão de Vygotsky, o desenvolvimento humano é diretamente conectado à cultura e às sociabilidades. Sob tal perspectiva, “desenvolvimento e a aprendizagem estão inter-relacionados desde o momento do nascimento, o meio físico ou social influenciam no aprendizado das crianças de modo que chegam às escolas com uma série de conhecimentos adquiridos” (Coelho; Pisoni, 2012, p. 6).

Os conceitos de alfabetização e educação popular, fundamentada na filosofia de Paulo Freire, estão interligados. Quanto à educação popular, o autor defende uma abordagem que vai além da transmissão de conhecimento. Essa abordagem promove conscientização crítica e a participação ativa dos educandos em seu próprio processo de aprendizagem.

O educador exerce um papel fundamental no processo de alfabetização, dialoga com o alfabetizando sobre situações concretas e concede ferramentas com as quais ele se alfabetiza. Nesse sentido, a alfabetização deve ocorrer de maneira natural, partindo do indivíduo que não possui habilidade de ler e escrever, e não como uma imposição ou algo entregue de forma direta, na qual o educador assume apenas o papel de colaborador (Freire, 1967).

[...] A alfabetização é mais do que um simples domínio psicológico e mecânico de técnicas de escrever e ler. É o domínio dessas técnicas, em termos conscientes. É entender o que se lê e escrever o que se entende. É comunicar-se graficamente. É uma incorporação (Freire, 1967, p. 110).

A aprendizagem da leitura e escrita é essencial na vida do sujeito, porque, ao partir da alfabetização, é possível viver e se comunicar na sociedade. Além disso, é a partir da aprendizagem vivenciada na alfabetização que as crianças dão continuidade ao seu processo de ensino em todos os níveis (Soares, 2020). Destaca-se que “a alfabetização não é a aprendizagem de um código, mas a aprendizagem de um sistema de representação, em que signos (grafemas)

representam, não codificam, os sons da fala (os fonemas)” (Soares, 2020, p. 11). O letramento é a capacidade de ler e escrever textos, utilizando a escrita em contextos sociais e culturais (Soares, 2020). A alfabetização e o letramento são processos cognitivos e linguísticos diferentes. Nessa ótica, o ensinamento e o aprender são conceitos distintos um do outro. Entretanto, são considerados processos que acontecem simultaneamente na aprendizagem da criança (Soares, 2020).

A alfabetização de crianças costuma ser desafiadora, tanto para as crianças típicas, quanto para os sujeitos com autismo - devido às características próprias das crianças autistas. Por esse motivo, a aprendizagem da leitura e escrita se torna mais afetada. Destarte, a alfabetização, em alguns casos, demanda mais esforço do educador – que enfrenta diversos obstáculos no decorrer da atuação docente, os quais o precisam ser vencidos para o professor alcançar sucesso em sua prática educativa. “O grande desafio está na adaptação de materiais que proporcionem o aprendizado da escrita de forma efetiva e prazerosa para o aluno com TEA (Bohrer, 2020, p. 46).

Para tanto, é produzido o Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) do estudante, no qual realiza-se a entrevista com os pais ou responsável (is) da criança. A partir dessa diagnose pedagógica, são elaboradas atividades considerando as características da criança que foram apresentadas nas respostas dos pais ou responsável (is). Nessa diagnose da criança com TEA, busca-se compreender sua história de vida, desde o parto da mãe ao comportamento em casa, rotina diária, sono – se é regular ou não –, seletividade alimentar, seletividade por objetos, cores, pessoas, dentre outros aspectos. Porém, para que seja realizada essa diagnose pedagógica com a criança autista, é importante que ela tenha o laudo médico, pois esse documento permite ao professor conhecer mais sobre a criança.

De acordo com Uzêda (2019, p. 48), “para conhecer melhor os comportamentos evidenciados pela criança, faz-se necessário o diálogo com outros profissionais que a acompanham (psicólogos, psicopedagogos, neurologistas, terapeutas ocupacionais, etc.)”. O diálogo com os profissionais que acompanham a criança permite que o professor conheça a fundo como os comportamentos da criança se manifestam e entenda como ela responde aos estímulos do ambiente, assim como sua comunicação e processo de aprendizagem. Com esses saberes, o professor adapta o ambiente e o adequa de acordo com as necessidades da criança com TEA (Santos; Teixeira; Porto, 2021).

Entretanto, é fundamental ressaltar que não se tem um caminho definido para a alfabetização do aluno com TEA, porque cada pessoa com esse transtorno global de desenvolvimento (TGD) apresenta comportamentos diferentes, ou seja, suas especificidades.

Em razão disso, é válido ressaltar, a necessidade de apresentar variados estímulos de aprendizagem para o aluno com autismo, avaliando qual abordagem é mais apropriada considerando as particularidades de cada indivíduo (Bohrer, 2020).

3.5 Práticas pedagógicas na alfabetização de estudantes com TEA

Nesta seção, discute-se sobre as práticas pedagógicas utilizadas na alfabetização do estudante com autismo. Para construir esta discussão, foram realizadas buscas por obras pertinentes que investigam sobre alfabetização de crianças com TEA, selecionando nove fontes de dados – sendo livros, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e artigos de revistas científicas. Deste modo, a discussão é fundamentada na obra de autores como: Barreto (2021) estabelece alguns recursos que podem ser aplicados para alunos com dificuldade na coordenação motora, contribuindo para a produção da escrita; Paro (2023) afirma o método fônico como eficaz para alfabetização de estudantes com TEA – em alguns casos; Santos e Moraes (2023) apresenta algumas técnicas a serem utilizadas no processo de alfabetização de alunos com autismo, Souza (2018) indica o uso de recursos tecnológicos como auxílio na alfabetização e letramento de discentes com TEA, entre outros autores que apontam outras estratégias para o ensino da leitura e escrita de estudantes com autismo.

Sabe-se que o autismo afeta diretamente a comunicação social das crianças – esse é um dos obstáculos que precisam ser considerados durante o processo de alfabetização. Por isso, no primeiro contato com a criança, deve-se usar estratégias que estimulem a comunicação, além da necessidade de saber lidar com esse déficit da criança. Para tal feito, pode-se usar o som e a música como meios de comunicação. Apesar disso, precisa-se levar em consideração que há crianças com irritabilidade ao barulho (Santos; Teixeira; Porto, 2021). Alguns fatores que podem desencadear a irritabilidade do aluno em sala de aula são: voz alta do professor, campainha da escola, o arrastar de cadeiras e mesas, o microfone ou outros barulhos que podem deixá-las irritadas.

Nesses casos de sensibilidade sonora, Souza (2018, p. 31) afirma que:

O professor pode utilizar essa sensibilidade sonora da criança com TEA como métodos de ensino para trabalhar o lúdico. Utilizando músicas e histórias, é possível aprender os números, letras através de fonemas, palavras e seus significados. [...] Podendo ser trabalhadas rimas em historinhas ou poemas, alterações ou repetições de sons de consoantes parecidas, para que a criança possa entender a diferença do som de cada letra. Trabalhar a leitura abordando os sons e conhecendo as palavras. Devem ser aplicadas atividades de curta duração, como desenhar o que ela viu na historinha ou que ouvi na música, sendo elas adaptadas e estruturadas de acordo com o grau de dificuldade das crianças.

Outro ponto diz respeito ao fato de que as pessoas com TEA também podem não gostar de texturas, e isso causa desorganização em função de questões sensoriais. Alguns métodos usados na alfabetização relaciona o uso visual além do verbal. Nesse sentido, os professores utilizam imagens, cartões e pranchas de comunicação, facilitando a compreensão do aluno sobre o que está sendo estudado. Esses métodos são chamados de comunicações alternativas, e são bastante utilizados com crianças com TEA não verbais. Em casos que a criança apresente dificuldade na coordenação motora, o docente para incluí-las, pode realizar exercícios que trabalhe a coordenação do aluno – com atividades em que o sujeito possa amassar papel, recortar, pegar pequenos objetos, essas estratégias poderão contribuir para a produção da escrita (Barreto, 2021).

A aprendizagem de pessoas autistas se baseia em três princípios principais: o uso de recursos visuais, uma abordagem concreta, ou seja, que não utiliza metáforas ou conceitos abstratos. Nesse processo de aprendizagem, é importante usar uma linguagem clara, direta e objetiva, para que a pessoa entenda exatamente o que o professor quer comunicar (Bohrer, 2020).

Adequar alfabetização é ter um olhar de escuta. Quando nos deparamos com uma criança autista com problemas na fala, usamos métodos lúdicos para falar com ela; se ela demonstrar problemas de identificação ou nomeação de algumas palavras, imagens, deve-se trabalhar operação mental de identificação de objetos; já quando a criança não guarda informação na memória, vamos enfatizar questão; se não consegue executar planejamento de suas ações, vamos reforçar o planejamento, ou seja, deve ser o que falta cognitivamente na criança, devendo os educadores buscar novas formas para ensinar. Com apenas algumas atividades concretas, a criança não progredirá positivamente, sendo necessárias novas adaptações com lúdico (Santos; Moraes, 2023, p. 100).

Bohrer (2020, p. 46; 47) destaca que, “[...] os métodos mais utilizados na alfabetização de autistas são o método sintético (alfabetização fônica e silábica) ou o método analítico, aquele que parte do todo, também denominado de método global de alfabetização”. O método fônico é uma estratégia eficaz para ajudar crianças com TEA a aprenderem a ler e escrever. Ele funciona ensinando a relação entre os sons das letras, chamados fonemas, e as próprias letras, conhecidas como grafemas, permitindo que crianças com TEA desenvolva a consciência fonológica e facilita o processo de alfabetização, essa estratégia pode ser um diferencial – especialmente para crianças autistas com atraso de linguagem (Paro, 2024).

As letras são separadas em grupos distribuídos segundo o grau de complexidade da pronúncia: inicia-se com as vogais, cujos nomes e sons são iguais; em seguida separam-se consoantes regulares normalmente possuem apenas um som (F, J, M, N, V e Z). Em seguida são as consoantes com nível de dificuldade menos para se pronunciar,

consoantes essas que possuem mais de um som como L, S, R e X. Assim, é possível criar estratégias para diferenciar letras e sons (Santos; Moraes, 2023, p. 101).

Santos e Moraes (2023) mencionam algumas técnicas que têm se mostrado exitosa na alfabetização de estudantes com TEA. Uma delas é o ensino sistemático e estruturado, no qual o aprendizado acontece por etapas, com instruções claras e consistentes. Essa abordagem ajuda a reduzir a ansiedade e a confusão da criança. Outra técnica importante é o reforço positivo, que consiste em recompensar a criança quando ela realiza a atividade corretamente, aumentando assim sua motivação e seu envolvimento no processo de aprendizagem. Também é recomendado o uso de materiais concretos, como objetos físicos ou imagens reais, pois isso facilita a compreensão ao criar uma ligação mais direta entre o conceito e a realidade. Além disso, a interação social e a colaboração são essenciais para o desenvolvimento do estudante com TEA. “Por meio dessas estratégias, a criança com TEA poderá praticar a comunicação, desenvolver habilidades sociais e aprender por meio da troca de informações com seus pares” (Santos; Moraes, 2023, p. 102).

Apesar de não haver métodos específicos para alfabetização de estudantes com TEA, há estratégias que podem ser utilizados na intervenção educacional – assim, contribuindo na alfabetização; os mais usuais são: o TEACCH – Tratamento e educação para crianças autistas e com distúrbios correlatos da comunicação; o ABA – Análise aplicada ao comportamento; e o PECS – Sistema de comunicação por troca de figuras. Além disso, o AEE – Atendimento educacional especializado que é uma modalidade de ensino enquadrada na educação especial, também ajuda nesse processo de ensino.

O método TEACCH pode ser usado na reabilitação e na alfabetização de pessoas com autismo que tenham dificuldades na comunicação e no comportamento. Ele consiste em organizar a rotina e o ambiente onde a criança está, usando estímulos visuais para facilitar o aprendizado (Souza, 2018). Esse método se mostra eficaz para o desenvolvimento da reabilitação e alfabetização de crianças com TEA, reduzindo o estresse e promovendo a independência do aluno. Já o método ABA envolve observar o comportamento da criança e ensinar habilidades que ela ainda não possui. Nesse método, o professor atua como um mediador do conhecimento, ensinando de forma individualizada, sempre associando as atividades a uma instrução ou orientação. A ideia é que a criança realize as tarefas sozinha, promovendo sua independência, mas com apoio sempre que precisar (Souza, 2018).

Com o método PECS, o sujeito com TEA que enfrenta dificuldades na comunicação consegue desenvolver suas habilidades de expressão usando figuras. Esse método permite que crianças com necessidades especiais aprendam a comunicar suas necessidades básicas de forma

clara e direta. Ele é especialmente importante nas rotinas do dia a dia, pois ajuda as crianças à expressarem o que precisam, o que pode diminuir a frustração e ansiedade, criando um ambiente mais seguro e tranquilo para elas (Souza, 2018).

No Atendimento Educacional Especializado (AEE) – uma modalidade de ensino, os professores procuram entender as necessidades específicas de cada aluno. Com base nisso, eles elaboram um plano de atendimento individualizado. O objetivo do AEE é eliminar as barreiras que dificultam o aprendizado do aluno e promover sua inclusão tanto na escola quanto na vida social, contribuindo assim para o desenvolvimento da criança com TEA (Souza, 2018).

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, pois, seu principal objetivo é assegurar o pleno acesso do sujeito com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação no ensino regular em igualdade de condições dos demais alunos (Barreto, 2021, p. 1437).

A utilização desses métodos citados por Souza (2018), e combinado com o uso de recursos tecnológicos e digitais – chamados de tecnologia assistivas (TA), é uma estratégia que pode ser utilizado no ensino da leitura e escrita de estudantes com TEA, visto que,

O uso de recursos digitais e tecnológicos auxilia no processo de letramento e alfabetização, considerando que alunos com TEA tem experiências concretas devido a sua dificuldade de abstração. A utilização desses recursos mostra-se positiva e exitosa pelo fato de dispor de ferramentas atraentes e estimulantes como cores, sons e jogos, os quais tornam a aprendizagem mais lúdica, interativa e divertida (Bohrer, 2020, p. 46).

Além disso, os “Recursos visuais tendem a chamar atenção das crianças autistas. Muitos estudiosos as consideram pensadoras visuais, o que significa dizer que elas pensam por imagens, em vez de apoiarem o pensamento em palavras” (Uzêda, 2019, p. 49). O estímulo tátil pode ser o melhor meio de aprendizagem para algumas crianças com TEA (Uzêda, 2019). Logo, o docente deve utilizar materiais que a criança possa sentir e consiga identificar, como, por exemplo: as letras do alfabeto em plástico, recortadas em folhas de EVA coloridas ou em tampas de garrafas; imagens de objetos do cotidiano, entre outros materiais. Nesse sentido, o uso do lúdico é um dos fatores principais no percurso da aprendizagem da leitura e escrita de crianças com TEA.

O aspecto lúdico desempenha uma função essencial nas dinâmicas do ensino e da aprendizagem. Aqueles educadores que incorporam o brincar em suas estratégias de ensino proporcionam às crianças oportunidades para exercitar a criatividade, a autonomia, a experimentação, além de fomentar o alcance à aprendizagem significativa (Santos, 2016). “O

lúdico possibilita à criança a aprendizagem de forma prazerosa; facilita também o vínculo terapêutico, fundamental para que qualquer processo tenha êxito” (Santos, 2016, p. 18).

Toda criança dentro do espectro autista possui uma rotina que ela está acostumada a seguir diariamente. Sabendo disso, para a aprendizagem da leitura, o professor pode inserir textos na rotina, mas tendo a preocupação em não alterar rapidamente a rotina da criança, algo importante para ela, pois proporciona a previsibilidade ao cotidiano. Isso ajuda a diminuir a ansiedade e facilita o entendimento dos propósitos de cada momento ou tarefa na sala de aula (Uzêda, 2019). Nesse sentido, é válido “[...] construir um calendário com as atividades de cada dia, representadas por imagens e palavras, por exemplo. Ler sobre atividade habituais pode ajudar a criança a interpretar um texto [...]” (Uzêda, 2019, p. 49).

Durante o processo de aprendizagem da leitura e escrita de crianças com TEA, as informações devem ser apresentadas gradualmente, evitando que o acúmulo de informações deixe a criança confusa. Além disso, Uzêda (2019, p. 50) destaca preferências de informações que devem ser apresentadas:

- Introduzir um conceito por vez com instruções simples e diretas, já que existe uma dificuldade de abstração;
- Avançar gradativamente o grau de complexidade, começando pelo mais simples e mantendo uma ordem lógica;
- Propor atividades menos poluídas visualmente, destacando apenas os elementos essenciais para a compreensão do que está sendo proposto;
- Evitar que em uma mesma folha existam, por exemplo, três exercícios diferentes a serem feitos;
- Ajustar o tempo de realização das atividades ou da leitura ao ritmo da criança e à sua condição de manter o foco atencional. Se necessário, segmentar a tarefa.

É importante, muitas vezes, a combinação de métodos diferentes necessários no processo de alfabetização da criança com TEA, e torna-se imprescindível avaliar qual estratégia ou método funciona melhor para aquela criança em particular. Apostar na formação continuada e na parceria com o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um caminho promissor, porque só assim o educador consegue se atualizar, conhecer, e aprender a manejar novos recursos com os quais não teve contato anteriormente, pois não foram contemplados em sua formação inicial (Uzêda, 2019). Além disso, é crucial firmar a relação entre família e escola a fim de fortalecer a participação ativa dos responsáveis durante o processo de aprendizagem.

4 Considerações finais

A alfabetização exerce um papel fundamental na vida do sujeito, pois, a partir da aprendizagem desse sistema de representação, é possível viver e se comunicar na sociedade. Além disso, é por meio da leitura e escrita que outras habilidades educacionais são

desenvolvidas. Sendo assim, a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em classes regulares é essencial, além de ser um direito garantido por lei. Entretanto, é fundamental entender que o processo de alfabetização de crianças com TEA possui sua complexidade, tanto para as crianças quanto para os educadores. Partindo desse contexto, o estudo relatado neste artigo buscou compreender como ocorre a aprendizagem da leitura e escrita da criança com TEA.

Procedendo a esse questionamento, estudos já conduzidos apontam fatores que interferem e dificultam o processo, como a forma de comunicação que o sujeito com TEA pode apresentar, visto que o autismo é caracterizado pelo comprometimento na comunicação e na interação social, além da execução de atividades restritas-repetitivas. Adicionalmente, é necessário destacar que cada sujeito com TEA possui características e especificidades únicas. Nesse sentido, a partir das análises realizadas, podemos perceber a importância do diagnóstico e a inserção desses estudantes na escola, para tanto, é fundamental que as crianças com TEA façam os acompanhamentos terapêuticos – pois, permite que o trabalho docente aconteça de forma colaborativa com esses profissionais e a comunidade escolar. Os estudos também destacam o sujeito sendo o centro do seu próprio processo de aprendizagem, e o professor como mediador do ensino.

Para o ensino da leitura e escrita de estudantes com TEA, é necessário que o professor tenha uma formação inicial e continuada alinhada aos paradigmas da educação especial, além de utilizar recursos metodológicos que trabalhem com o lúdico, como imagens ilustrativas de objetos, músicas, estímulos táteis, jogos etc. Ao incorporar elementos lúdicos, o professor pode estimular a atenção do aluno e utiliza essa oportunidade para promover o aprendizado. Os estudos destacam métodos que contribuem na alfabetização de alunos com autismo, sendo eles: TEACCH – Tratamento e educação para crianças autistas e com distúrbios correlatos da comunicação; ABA – Análise do comportamento aplicada; PECS – Sistema de comunicação por troca de figura e a modalidade de ensino AEE - Atendimento educacional especializado.

Ao conduzir a pesquisa e examinar os dados disponíveis, ficou evidente que existem poucos estudos sobre a alfabetização de crianças com TEA. Essa carência enfatiza a relevância desta investigação e a necessidade de realizar mais pesquisas nessa área. Com base nos resultados obtidos, surgiram novos questionamentos para futuras investigações, como: quais metodologias se mostram mais exitosas? Como ocorre a parceria entre família e comunidade escolar no processo de alfabetização de estudantes com TEA? Agora, os questionamentos não se restringem apenas às análises bibliográficas, mas também se voltam para observações *in*

loco. Em suma, este estudo destaca a importância da alfabetização na vida das pessoas que fazem parte da sociedade, respeitando e valorizando suas potencialidades.

5 REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO, Mayra Ferreira. Alfabetização e letramento de alunos com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA). In: VII Congresso Nacional de Educação, 2021, Maceió-AL. Anais VII Congresso Nacional de Educação. Maceió-AL: Realize Editora, 2021. Disponível em:

https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2021/ebook1/trabalho_ev150_md7-sa100_id2074_03072021223456.pdf

BERTAGLIA, Barbara. **Terapia ABA: uma abordagem para crianças com autismo**. São Paulo: Autismo e Realidade, 2023. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2023/06/30/terapia-aba-uma-abordagem-para-criancas-com-autismo/>. Acesso em: 6 nov. 2024.

BOHRER, Karine de A. P. **O ensino personalizado e o protagonismo de uma criança com TEA em processo de alfabetização**. Dissertação (Mestrado profissional em Letras) – universidade Feevale, novo Hamburgo-RS, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas**. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWw4YWwMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 20 ago. 2024

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 27 de nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília: Presidência da República, [2012]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 27 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República,

[2015]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 27 nov. 2024.

BRITES, Luciana. **Fonoaudiologia e Autismo: a importância da fonoterapia para o autismo.** 2021. Londrina: Instituto Neurosaber de Ensino, 2021. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/fonoaudiologia-e-autismo-a-importancia-da-fonoterapia-para-o-tratamento/>. Acesso em: 6 nov. 2024.

COELHO, Luana; PISONI, Silene. Vygotsky: sua teoria e a influência na educação. **Revista e-Ped.** Osório, v. 2, n. 1, p. 144-152, 2012.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família.** 7. ed. Rio de Janeiro: WAK, 2017.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GAIATO, Mayra. **Explicando o transtorno do espectro do autismo.** Pinheiros: Instituto Singular, 2021. Disponível em: <https://institutosingular.org/transtorno-do-espectro-do-autismo/>. Acesso em: 29 set. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PARO, Sandra. **O método fônico e a estimulação multissensorial no desenvolvimento da leitura para crianças com TEA.** ABAMais inteligência afetiva, 2024. Disponível em: <https://abamais.com/metodo-fonico-estimulacao-multissensorial/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

PAIVA JUNIOR, Francisco. O que é Autismo? Saiba a definição do Transtorno do Espectro Autista. **Revista Autismo.** São Paulo, 2022a, ano 7, v. 15, p. 8-9, dez./fev., 2022. Disponível em: <https://issuu.com/revistaautismo/docs/revistaautismo015>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PAIVA JUNIOR, Francisco. Autismo e a nova CID-11. **Revista Autismo.** São Paulo, 2022b, ano 7, n. 15, p. 34-37, dez./fev., 2022. Disponível em: <https://issuu.com/revistaautismo/docs/revistaautismo015>. Acesso em: 20 ago. 2024.

LIBERALESSO, Paulo. **Autismo: compreensão e práticas baseadas em evidências.** 1.ed. Curitiba: Marcos Valentin de Sousa, 2020.

MELO, Sabrina Andrade de; SOARES, Maria Elisabeth Mesquita. Processo de ensino e aprendizagem de crianças autistas: estudo de caso em Goiânia – GO. **Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debate.** Goiânia, v. 7, n.1, p. 59-76, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: [https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf](https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf). Acesso em: 27 nov. 2024.

REIS, Éllen da Silva Rufino dos; WAGNER, Flávia. **Transtorno do espectro autista: trajetórias e desafios na formação do Ensino Fundamental Inclusivo em Santa Catarina**. Ponta Grossa: Atena, 2024.

SANTOS, Simone; TEIXEIRA, Zanaide; PORTO, Marcelo. Alfabetização e letramento: um olhar para o processo de aprendizagem de crianças com o transtorno do espectro autista (TEA). **Revista Linguística**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 316-332, maio/ago., 2021.

SANTOS, Eliane Brito dos. **A ludicidade na educação infantil: perspectivas a partir de uma escola de lagoa de Dentro/PB**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SANTOS, A. C. S. D; MORAES, L. C. D. **Práticas pedagógicas na alfabetização: a importância do acompanhamento terapêutico na alfabetização de alunos com TEA**. Linguagem Acadêmica, Batatais, v. 13, n. 4, p. 93-105, jul/dez. 2023

SOARES, Magda. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e escrever**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

SOUZA, Marcia Daniella Neres de. **Métodos de como alfabetizar a criança com transtorno do espectro autista**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Nossa Senhora Aparecida, Aparecida de Goiânia, 2018.

SCHUSTER, Simone Cristina. **Desenvolvimento infantil em Vygotsky: contribuições para mediação pedagógica na educação infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2016.

TEODORO, Grazielle Cristina; GODINHO, Maíra Cássia Santos; HACHIMINE, Aparecida Helena Ferreira. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental. **Research, Society and Development**. Vargem Grande Paulista, v. 1, n. 2, p. 127-143, 2016.

TUCHMAN, Roberto; RAPIN, Isabelle. **Autismo: abordagem neurobiológica**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

UZÊDA, Sheila de Quadros. **Educação inclusiva**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30882/1/eBook%20-%20Educacao%20Inclusiva.pdf>. Acesso em: 6 nov.2023.

ZOTESSO, Maria Cristina. **A eficácia da música como recurso terapêutico para pessoas com autismo**. Pinheiros: Instituto Singular, 2022. Disponível em: <https://institutosingular.org/a-eficacia-da-musica-como-recurso-terapeutico-para-pessoas-com-autismo/>. Acesso em: 6 nov. 2023.